

João Batista do Carmo Silva

Organizador

UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO E TRABALHO

**implicações do isolamento social na rotina
dos(as) estudantes do curso de Pedagogia**



Pantanal Editora

2020

JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA
(Organizador)

UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO E TRABALHO

implicações do isolamento social na rotina
dos(as) estudantes do curso de Pedagogia



Pantanal Editora

2020

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2020 Os Autores
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora e Canva.com
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris ArgenteL-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI

- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U58	<p>Universidade, formação e trabalho [recurso eletrônico] : implicações do isolamento social na rotina dos (as) estudantes do curso de pedagogia / Organizador João Batista do Carmo Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 111p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-88319-07-9 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319079</p> <p>1. Educação. 2. Universidade. 3. Isolamento social. 4. Pandemia. I. Silva, João Batista do Carmo.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.1</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
 Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra socializa um conjunto de reflexões sobre as implicações do isolamento social derivado da crise de saúde pública provocada pela pandemia do novo coronavírus na vida universitária dos (as) estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, da Universidade Federal do Pará.

Trata-se de uma investigação desenvolvida coletivamente por um grupo de pesquisadores, constituído por professores (as) e discentes, que reflete acerca do desafio de fazer pesquisa, no presente contexto, sobre o perfil socioeconômico dos (as) estudantes, sobre a função social da universidade, sobre as ações estatais e as políticas públicas implementadas para enfrentamento da pandemia, sobre as implicações no trabalho e na renda, assim como sobre as implicações para o processo formativo desses (as) discentes.

O leitor vai encontrar nesta obra a socialização de um conjunto de reflexões, subsidiadas a partir de um banco de dados produzido por meio de questionário eletrônico aplicado a 178 estudantes do Curso de Pedagogia, além de ponderação fundamentada em autores de base crítica, defensores de uma concepção de educação ampla e humanizadora.

A pandemia explicitou as profundas contradições que estruturam o modo de produção capitalista, principalmente nos países inseridos no contexto de exploração, como é o caso específico do Brasil. Além disso, a pandemia desafia em todos os sentidos, seja do ponto de vista individual e coletivo, atingindo de forma mundial as populações, as instituições e as pessoas. Contudo, as proporções desses impactos foram diferenciadas, considerando as condições econômicas, sociais e culturais de cada indivíduo, ou coletivas. Esta obra demonstra, portanto, essas implicações sobre um coletivo de sujeitos formado por estudantes do Curso de Pedagogia de uma universidade pública.

Vive-se tempos de incertezas, onde a produção do conhecimento por meio da pesquisa pode ajudar a construir caminhos coletivos, para que se possa pensar alternativas para a transformações das práticas formativas, no sentido de que elas, por meio de um processo praxiológico, oriente no sentido de uma sociedade cada vez mais humanizadora.

Desejamos boa leitura a tod@s!!!

João Batista do Carmo Silva


SUMÁRIO

Apresentação	5
Capítulo I	6
Universidade e pesquisa: Os desafios teórico-metodológicos da investigação	6
Capítulo II	17
O perfil socioeconômico dos estudantes do curso de pedagogia da UFPA/CAMETÁ	17
Capítulo III	34
Função social da universidade no interior da Amazônia em tempos de pandemia	34
Capítulo IV	51
Estado, políticas públicas e suas implicações na saúde e na vida dos (as) estudantes da pedagogia	51
Capítulo V	71
Implicações do isolamento no trabalho e renda: analisando a exclusão dos trabalhadores e as contradições do capital	71
Capítulo VI	88
Implicações do isolamento social no processo formativo em tempos de pandemia	88
Sobre os Autores	105
Índice Remissivo	110

Implicações do isolamento no trabalho e renda: analisando a exclusão dos trabalhadores e as contradições do capital


Recebido em: 10/08/2020


Aceito em: 18/08/2020


 10.46420/9786588319079cap5

João Batista do Carmo Silva¹ 

Egídio Martins² 

Marlanje Solene Ferreira³ 

Madson Jesus Farias Trindade⁴ 

Ruth Lisboa Pantoja⁵ 

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho sob a lógica do capital é marcado pela exploração, alienação e manipulação dos trabalhadores. Marx (2013) explicita que a supressão do valor de uso do trabalho e a ampliação do valor de troca, na forma de mercadoria, gera condição de desumanização para quem vive do trabalho. As relações de produção como construção humana são transformadas em riqueza para os proprietários do capital.

O mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e põe em relação a atividade humana de trabalho, como o meio ambiente, as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas, as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade (Figaro, 2008).

Faz-se necessário analisar que o mundo do trabalho se estruturou inicialmente pelo taylorismo (1911) e pelo fordismo (1914), que tinham como foco a racionalização da produção e a maximização dos lucros. Posteriormente, foram substituídos pelo toyotismo (Marinho; Ratto, 2016).

¹ Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: jbatista@ufpa.br.

² Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: egidio@ufpa.br

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia. E-mail: marlanjesollene@gmail.com.

⁴ Graduando do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: madsonjftrindade@gmail.com.

⁵ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: ruthlisboa@gmail.com.

Os elementos das novas práticas de gestão que configuram o modelo da competência no mundo do trabalho são a valorização dos altos níveis de escolaridade nas normas de contratação, a valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado da carreira, novos critérios de avaliação que valorizam as competências relativas à mobilização do trabalhador e seu compromisso com a empresa, a instigação à formação contínua, a desvalorização de antigos sistemas de hierarquização e classificação, ligando a carreira ao desempenho e à formação (Deluiz, 1995).

O mundo do trabalho está sendo profundamente afetado pela pandemia global do vírus. Além da ameaça à saúde pública, acarreta também impactos socioeconômicos que afetam os meios de subsistência e o bem-estar de milhões de pessoas no mundo. A análise mais recente da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2020) sobre o efeito da Covid-19 mostra que o impacto da pandemia sobre o mundo do trabalho foi mais severo do que anteriormente estimado e o cenário não é nada animador para o segundo semestre de 2020.

Nesse contexto, o mercado de trabalho também é atingido, este por sua vez é compreendido como expressão utilizada para se referir às formas de trabalho que possam existir, sendo remuneradas de alguma forma, seja por meio do trabalho manual ou intelectual. As pessoas vendem a sua força de trabalho por um salário, que pode ser em dinheiro, moradia, bonificação ou outra forma de recompensa.

Nos países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, a ideia de segmentação do mercado de trabalho é comumente utilizada para compreender a elevada desigualdade de renda existente. Para alguns autores, a concentração de renda seria decorrente da grande disparidade de salários existente entre trabalhadores – mesmo com capacidades produtivas semelhantes – em função da existência de dois mercados: um formal e outro informal (Camargo, 1989; Fernandes, 1996).

De acordo com Silva (2014), o trabalho formal é aquele onde há registro na carteira de trabalho, contribuições à previdência social e legalidades trabalhistas, enquanto o trabalho informal é aquele em que não há registro ou pagamento da contribuição previdenciária, o qual tem crescido muito nos últimos tempos. O crescimento do trabalho informal tem prejudicado a previdência pública, pois não há entrada das contribuições para que haja o pagamento das aposentadorias, criando um déficit econômico nas contas do governo. Um dos principais fatores que levam ao aumento significativo do trabalho informal são as crises econômicas, que implicam muitas vezes no trabalho autônomo da população.

No Brasil, especialmente, a teoria da segmentação tem forte influência na discussão da dualidade do mercado entre o formal e o informal (Cunha, 1979). O desemprego é outra característica do mercado de trabalho, quando a quantidade de vagas oferecidas é menor que o número de pessoas para exercerem o trabalho.

O trabalho se define como um conjunto de atividades dotadas de conteúdo específicos, visando a fins especiais e mobilizando determinados meios, instrumentos, conhecimentos e competências. Esse

trabalho se apresenta como um ofício, profissão ou ocupação; ele se caracteriza pela mobilização de um “sujeito” que se defronta com determinados “objetos”. Esses objetos tanto podem ser coisas materiais, objetos físicos, como podem ser ideias, conceitos ou símbolos, isto é, objetos imateriais, intelectuais, ou ainda pessoas e relações humanas (Gorz, 2005).

O trabalho é um gênero que, entre as suas múltiplas espécies, contém o emprego. Por isso é possível afirmar que o emprego será sempre uma forma de trabalho, embora nem todo trabalho seja considerado emprego. A conotação moderna do termo emprego reflete a relação entre o indivíduo e a organização onde uma tarefa produtiva é realizada, pela qual aquele recebe rendimentos, e cujos bens ou serviços são passíveis de transações no mercado (Souza, 1981).

De acordo com Woleck (2001), na sociedade centrada no mercado dos dias atuais, conforme dito antes, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos indivíduos. Com o estabelecimento da divisão do trabalho, o homem vive em uma base de troca. Isso lhe garante, por meio do exercício do emprego, os bens e serviços de que necessita, pois recebe em troca um salário com o qual compra o que é necessário para sobreviver ou, pelo menos, o que seja possível adquirir para viver. Muitos deles, atualmente, não conseguem mais viver com dignidade com os salários que recebem.

No processo de trabalho, a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (Marx, 1985a).

Nas sociedades sem classes o homem estava organicamente ligado à natureza. Naquelas sociedades, a produção estava voltada apenas para a produção de valores de uso, ou seja, a satisfação das necessidades da comunidade. Na sociedade capitalista o objetivo passa a ser a produção de valores de troca, ou seja, a produção, a reprodução e a valorização do capital (Schmidt, 1976).

Os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, a particularidade, e não a generalidade do trabalho, constitui neste caso o vínculo social. [...] O trabalho que se apresenta no valor de troca é pressuposto como trabalho do indivíduo particularizado e se torna social assumindo a forma do seu oposto direto: a forma da generalidade abstrata (Marx, 1974).

De acordo com Colmán e Pola (2009), o trabalho concreto é o produtor de valores de uso, enquanto o trabalho presente no valor de troca é trabalho social, abstrato e geral, no qual é eliminado o seu caráter individual. Essa é a forma que o trabalho assume no sistema capitalista. O valor de uso é a base material em que se expressa o valor de troca, enquanto este é o que permite que os valores de uso possam ser trocados. Para isso, em alguma proporção, precisam representar a mesma magnitude de valor, o qual é determinado pelo tempo trabalhado socialmente necessário. Aqui já não importa os

diversos tipos de trabalho, mas tão somente a magnitude desses trabalhos expressa no valor de troca, o que possibilita a permutabilidade entre as mercadorias.

A dominação do trabalho pelo capital, conforme demonstra a teoria marxista, afasta o homem da humanização, fragmenta trabalho e educação e plasma sobre o mundo do trabalho a lógica do mercado de trabalho, onde tudo pode ser comprado e vendido, inclusive o próprio trabalho, que se reduz à mercadoria.

Essa lógica do capital universalizou-se e apresenta desafios no campo da vida social, econômica, educacional, cultural, etc. Essa realidade, forjada sob a lógica do mercado, onde só tem valor o que gera lucro, torna-se perversa em um contexto como o atual, marcado por uma pandemia, esta gerada por uma crise sanitária jamais vista no Brasil, onde faz-se necessário a defesa da vida, acima de todos os interesses, simplesmente pela importância da humanidade.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a situação de trabalho e renda dos estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá. Para dar conta de atender a esse objetivo, direcionou-se este estudo a partir do seguinte questionamento: Como estão vivendo os estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no tange a trabalho e renda no contexto da pandemia no novo coronavírus?

O processo metodológico pautou-se no materialismo histórico-dialético, tendo Marx (1985) como fundamento teórico. A coleta de dados seguiu os moldes da entrevista semiestruturada, com questionamentos do tipo aberto e fechado. Para analisar os dados, apoiou-se nas análises dos conteúdos. Os resultados evidenciam que a pandemia aprofundou ainda mais as desigualdades de trabalho e renda, principiante para os estudantes do Curso de Pedagogia. Conclui-se, portanto, que a lógica do capital se articula para manter e ampliar os privilégios da classe detentora do poder aquisitivo, excluindo a classe que vive do trabalho.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, destacam-se os desafios do trabalho e renda dos estudantes em tempos de pandemia, demonstrando como esses sujeitos estão vivendo este período no aspecto das relações do trabalho e da renda.

Na segunda parte, analisa-se o trabalho e a desigualdade socioeconômica: as implicações da crise financeira para os estudantes do Curso de Pedagogia, destacando como se materializa a crise financeira nas condições de vida dos estudantes pesquisados.

Na terceira parte, reporta-se acerca das alterações materializadas nas relações de trabalho e renda dos entrevistados durante a pandemia. Por fim, as considerações finais, onde sintetizamos os achados e as conclusões da pesquisa, ao mesmo tempo, apontando possíveis alternativas para amenizar as condições de trabalho e renda dos trabalhadores.

Os desafios do trabalho e renda para os estudantes em tempos de pandemia

No ano de 2020, o mundo todo encontra-se vivendo em um cenário totalmente diferente, com a pandemia do novo coronavírus. Esse vírus, até o presente momento, não tem vacina nem tratamento específico, além de ter alto índice de contaminação. A pandemia gerada pelo novo coronavírus (Covid-19) ameaça as formas de sociabilidade até então conhecidas, na forma das relações interpessoais presenciais, pois uma das principais formas de evitar o contágio é o distanciamento social, evitando o contato físico e lavando sempre as mãos.

A Covid-19 (coronavírus disease 2019) surgiu na China, e foi declarada, em março de 2020, como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), alcançando o patamar de pandemia, conforme pauta o Relatório Científico 01/2020. Essa doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, apresenta quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves, atingindo a maioria dos territórios do mundo, alterando o modo de vida do planeta, impactando os aspectos socioeconômicos, sanitários e políticos.

A Covid-19 possui, atualmente, um total de 10.694.288 casos confirmados no mundo, e 516.210 mortes. O Brasil ultrapassa 1.453.369 casos confirmados, e é o segundo país no mundo com mais vítimas pela Covid-19, sendo 60.713 mortes até o presente momento. No estado do Pará, o primeiro caso confirmado se deu no dia 18 de março de 2020. Hoje são mais de 108 mil casos confirmados da doença, com 5.004 mortes (Brasil-Ministério da Saúde, 2020).

Diante da situação de emergência de saúde pública, no intuito de controlar a disseminação do vírus e preservar a saúde coletiva, a OMS e o Ministério da Saúde orientam um conjunto de medidas para contribuir na contenção do vírus, como, por exemplo, o uso de máscaras, o distanciamento social, a suspensão das atividades que requerem aglomeração (aulas presenciais nas universidades, por exemplo), entre outras.

Sobre a recomendação acerca da suspensão das aulas presenciais nas universidades, a presente pesquisa avalia que os estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins – Cametá, comportam-se da seguinte forma: 58,4% estão em distanciamento social, 24,7% em distanciamento social restritivo, 7,3% trabalham nos serviços essenciais, como, por exemplo, segurança, saúde, entre outros, 6,2% estão em isolamento social, com teste positivo para a Covid-19, e 3,4% estão em quarentena, devido ao contato com pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

Mas, contraditoriamente, nem todos podem se manter isolados, principalmente aqueles que precisam trabalhar todos os dias para se manter vivos. O gráfico 1, abaixo, demonstra a realidade dos

estudantes do Curso de Pedagogia. Ou seja, apesar das necessidades, apenas 7,3% estão trabalhando em serviços essenciais², enquanto a maioria está em isolamento social.

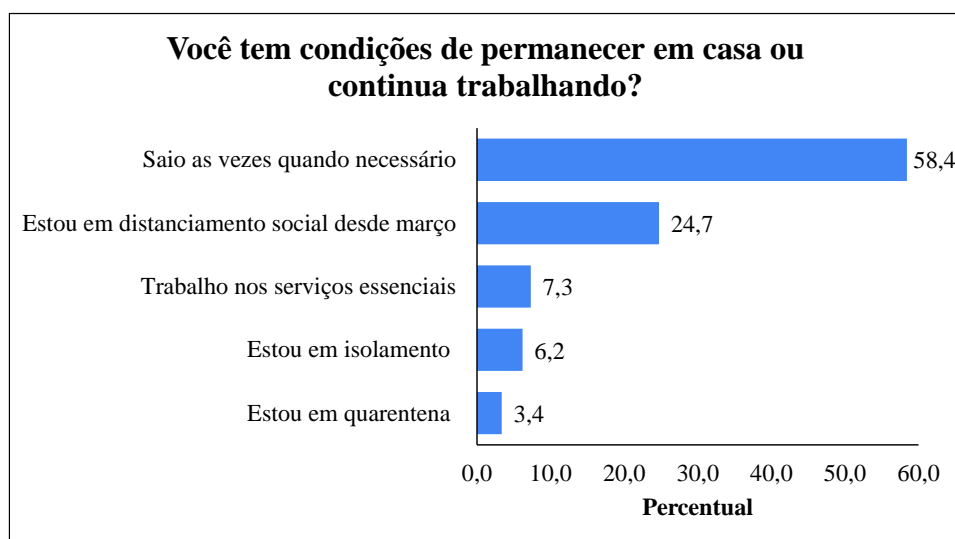


Gráfico 1. Estudantes que permanecem em casa ou trabalhando. Fonte: Silva et al. (2020).

Percebe-se que a grande maioria dos estudantes pesquisados não fica totalmente em casa, saindo sempre que há necessidade, a fim de resolver algum tipo de problema. Em outras palavras, ficar em casa, somente, não possibilita garantir as condições básicas de subsistência, visto que a maioria dos entrevistados é de baixa renda, sem condições adequadas para manter-se totalmente isolada.

Por outro lado, esse é um reflexo da ausência de políticas públicas no campo da saúde e da renda, visto que o governo federal não possibilitou recursos suficientes para que as famílias possam ficar em isolamento social, como bem reflete os dados acima. O gráfico a seguir demonstra essa realidade.

Além do gravíssimo problema de saúde pública, o novo coronavírus também impacta de forma brutal a economia mundial. Essa questão econômica exerce impactos negativos sobre a vida dos trabalhadores, os quais têm sido submetidos, de forma angustiante, ao risco de contaminação e ao desemprego (Augusto; Santos, 2020). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), o atual cenário do mercado de trabalho ainda é de crescente informalidade, ou seja, muitos brasileiros não possuem emprego formal, trabalhando trabalhadores sem carteira assinada, além de autônomos sem CNPJ ou remuneração fixa, muitos deles auxiliando em trabalhos para a família, como fica explícito no gráfico acima.

² Entre os serviços considerados essenciais, conforme regulamenta o Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, estão a assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares, e a assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade, além de muitos outros, como atividades de segurança pública e privada, telecomunicação e internet, captação e tratamento de esgoto e lixo, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás, transporte e entrega de cargas em geral, produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas.

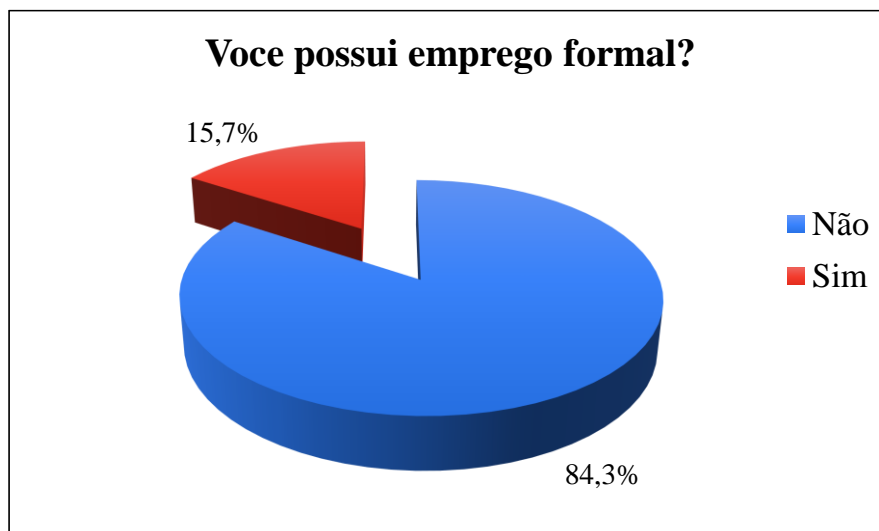


Gráfico 2. Estudantes do Curso de Pedagogia UFPA/Cametá que possuem emprego formal. Fonte: Silva et al. (2020).

Os dados da pesquisa apontam que 84,3% dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, residentes de diversos municípios, não possuem emprego formal. Desse montante, apenas 15,7% estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro.

No cenário atual, essa situação torna-se ainda mais crítica, pois a pandemia trouxe grandes desafios para o mundo do trabalho como um todo. Segundo Augusto e Santos (2020), o trabalhador está em situação de grande fragilidade, seja pela perda de suas condições de trabalho ou pelas mudanças na forma de trabalhar, com a possibilidade real de sofrimento e adoecimento relacionados ao novo estado das relações de produção.

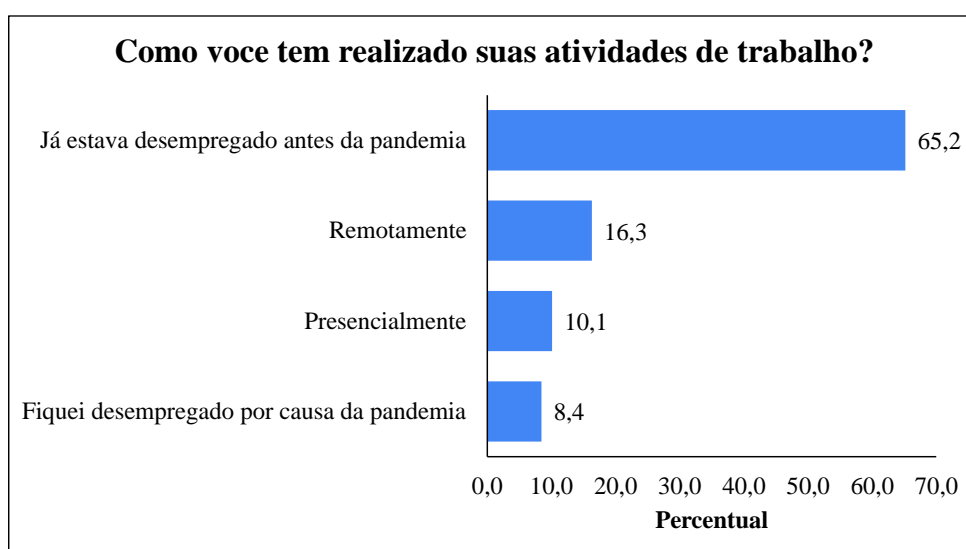


Gráfico 3. Estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá que realizam atividades de trabalho durante a pandemia. Fonte: Silva et al. (2020).

Os trabalhadores informais, que são a maioria no Brasil, ficaram sem poder exercer as suas atividades e, conseqüentemente, a garantia de sua subsistência. Outros, ainda, enfrentam os riscos de se contaminarem pelo novo coronavírus e continuam trabalhando. Os trabalhadores formais se veem obrigados a aceitar a proposta de acordo apresentada pelo empregador, pois correm o risco de serem demitidos e de não conseguirem uma recolocação no mercado de trabalho, haja vista que há 12 milhões de desempregados no país (Augusto; Santos, 2020).

Quando se pensava que a reforma trabalhista no Brasil representava o fundo do poço, os trabalhadores se depararam com um vírus mortal, capaz de aniquilar vidas e postos de trabalho (Augusto; Santos, 2020). Na atual conjuntura compreende-se que, se a situação da crise econômica, com alta taxa de desemprego no país já era preocupante, essa irá se tornar ainda mais grave com a pandemia da Covid-19, como destaca o gráfico acima.

Assim, fica explícito que a pandemia tende a agravar o desemprego entre os estudantes da Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá, constituindo uma realidade que já vinha se ampliando muito antes da chegada do vírus, visto ser uma problemática que está inserida nas relações de trabalho coordenadas pelos ditames do capital.

Com base nos resultados da pesquisa (Gráfico 3), o equivalente a 65,2% dos discentes do Curso de Pedagogia da UFPA, Campus Universitário do Tocantins – Cametá já estavam desempregados antes da pandemia; 16,3% desenvolveram o seu trabalho de maneira remota, ou seja, a distância, exercendo as suas atividades profissionais em casa; 10,1% trabalham presencialmente – são aqueles sujeitos que desenvolvem serviços essenciais durante a pandemia, como, por exemplo, aqueles da área da saúde, da segurança pública, que atuam com a venda de alimentos, em farmácias, no tratamento de água, no fornecimento de energia elétrica, na coleta de resíduos urbanos, dentre tantos outros. Por fim, desse montante, 8,4% ficaram desempregados por causa da crise instaurada pelo novo coronavírus.

O desastre econômico global está abalando profundamente a vida dos trabalhadores do mundo, estimados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 3,3 bilhões de pessoas. A Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com a estimativa de que o PIB planetário sofra um golpe de US\$ 2 trilhões. No Brasil, as estimativas dão conta de que, ao menos, cinco milhões de trabalhadores com carteira assinada já tiveram seus empregos afetados de alguma forma desde o início da crise, seja por demissões, seja pela suspensão do contrato de trabalho, seja pelo corte de jornada e de salários. O cenário deve ser ainda pior. Um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), na primeira quinzena de maio, mostra que 53,5% das famílias brasileiras foram afetadas com as medidas adotadas no mercado de trabalho em meio à pandemia (Ibre-FGV, 2020).

Trabalho e desigualdades socioeconômicas: as implicações da crise financeira para os estudantes do Curso de Pedagogia

Foi demonstrado, anteriormente que a pandemia potencializou as desigualdades econômicas e sociais. O Brasil é um país desalinhado na concentração fundiária, que é a posse não democrática da maior parte das terras no espaço rural brasileiro, no que tange à grande quantidade de terras sob posse de um número muito pequeno de pessoas, o que também evidência a intensiva concentração de renda, que sustenta as piores formas de exploração e desigualdade. Ao analisar o gráfico a seguir, pode-se compreender o processo de desigualdade social manifestado na vida dos estudantes do Curso de Pedagogia e, ainda, que 88,2% desses discentes faz parte de famílias com renda de até dois salários mínimos.

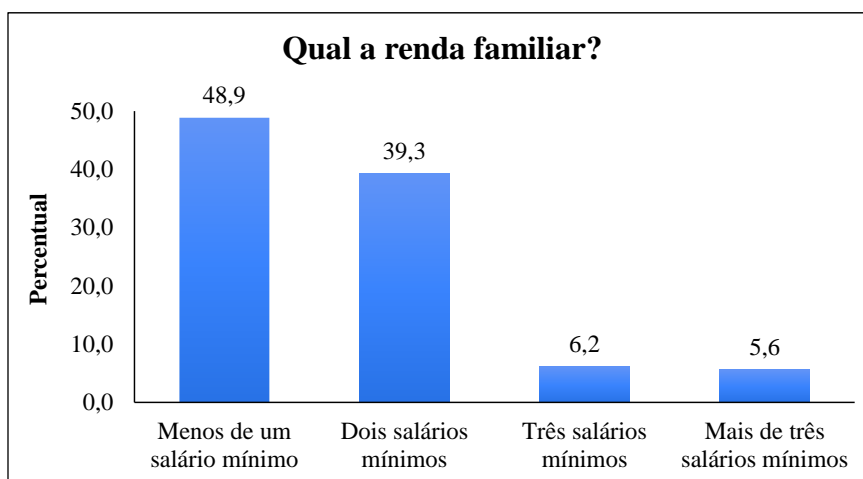


Gráfico 4. Renda familiar dos estudantes da UFPA/Cametá durante a pandemia Fonte: Silva et al. (2020).

Nesse viés, tais dados fazem refletir que os principais centros informacionais recebem estudantes com múltiplas facetas, construídas no decorrer das relações de seus cotidianos e da troca entre as suas expectativas, características e habilidades e a estrutura, as normas e a comunidade que compõem a universidade. Alguns desses discentes com problemas até mesmo financeiros, o que pode interferir diretamente e indiretamente em sua formação.

Com base nos dados demonstrados anteriormente (Gráfico 2), ou seja, de que a maioria dos estudantes estão inseridos no mercado de trabalho informal, visualiza-se que 48,9% possuem renda familiar menor que um salário mínimo; que o equivalente a 39,3% possui renda familiar mensal de dois salários mínimos; que 6,2% possuem renda familiar mensal de três salários mínimos e; que o correspondente a 5,6% dos sujeitos da pesquisa possui mais de três salários ao mês.

Segundo o IBGE (2019), o rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi quase 34 vezes maior que da metade da população (50%) mais pobre, em 2018. Isso significa que a parcela de maior renda arrecadou R\$ 27.744,00 por mês, em média, enquanto os menos favorecidos ganharam R\$ 820,00 por mês. Esses dados constataam a extrema desigualdade da distribuição de renda no Brasil.

Para Augusto e Santos (2020), a pandemia do novo coronavírus aprofundou extremamente a crise do capitalismo neoliberal. Se a situação já era muito preocupante, tudo piorou, desta vez por conta de um fator desencadeador de ordem sanitária. O impacto dessa crise nos países emergentes, como é o caso do Brasil, é ainda mais preocupante, dada a maior fragilidade de suas economias e a maior desigualdade econômica e social.

Desse modo, é possível notar que há uma população jovem e universitária que tem a necessidade de políticas públicas mais amplas voltadas para atender a permanência dos mesmos no período de sua graduação. Ao articular com os dados do gráfico abaixo, de emprego formal, que é em torno 32%, e também com os dados da renda, em que 88,2% desses discentes fazem parte de famílias que possuem renda de até dois salários mínimos, além dos 38,8% que recebem o auxílio emergencial, pode-se inferir, por meio desses dados, que a maioria dos estudantes é oriunda das camadas mais empobrecidas da população.

As universidades públicas, com destaque para a UFPA/Cametá, têm um papel fundamental como um veículo de educação e transformação social, disseminação de culturas, contribuindo para emancipação das pessoas, priorizando a manutenção do tripé ensino, pesquisa e extensão. Os sistemas de cotas serviram para mostrar as culturas e as diversidades representadas na conquista de equidade e de justiça, seja racial, social ou cultural, no que se demonstra a miscigenação da população.

As modalidades de auxílio permanência, que utilizam com base critérios socioeconômicos, são como uma forma de apoio aos estudantes, proporcionando o recebimento de benefício financeiro e oportunizando a permanência do discente durante o tempo regular do seu curso, até a sua diplomação. O número de auxílios disponibilizados é previsto de acordo com os recursos disponíveis de assistência estudantil a cada ano, podendo ser ampliado ou retraído. Dessa forma, os estudantes selecionados comprometem-se a cumprir com as atividades acadêmicas das disciplinas ao longo de seu curso de graduação, visando a sua diplomação dentro do prazo previsto.

Mudanças nas relações de trabalho e renda durante a pandemia

Com a chegada da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), os governos de diversos países do mundo se viram desafiados a apresentar medidas urgentes para enfrentar as consequências que o distanciamento/isolamento social recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil,

durante esse período de reclusão necessário para controlar a propagação do vírus, foram editadas inúmeras Medidas Provisórias (MPs). Dentre elas, algumas referentes às relações laborais, como a MP nº 927, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

Com o objetivo de minimizar os efeitos do novo coronavírus no mercado de trabalho, a MP nº 927/2020 fixa regras trabalhistas a serem aplicadas durante o estado de calamidade pública, flexibilizando obrigações decorrentes do contrato de trabalho, e sinalizando a possibilidade de alterações do contrato de trabalho por força maior, além de estimular a negociação direta entre patrão e empregado, ainda que contrária à lei, aos acordos e às convenções coletivas de trabalho (Augusto; Santos, 2020). Incentiva, ainda, uma nova forma de trabalho, considerando a necessidade de se garantir o isolamento social, a saber: o teletrabalho³.

O teletrabalho é desenvolvido principalmente pelos trabalhadores formais, aqueles que possuem vínculo empregatício com determinada empresa, que em vista do distanciamento/isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, adotou essa mudança na forma de desenvolver as atividades laborais. Segundo a LabPOT (2020), grande parte desses trabalhadores nunca tinha realizado tal modalidade, não recebeu ações de treinamento, desenvolvimento e educação, tendo que se adaptar, além de ter que equilibrar novas demandas que foram criadas nesse período, como, por exemplo, a necessidade de dedicar mais tempo a atividades domésticas e cuidados com os filhos. Há, ainda, os impactos psicológicos da pandemia, como medo, estresse, sofrimento, ter que lidar com o falecimento dos entes queridos, entre outros.

Por outro lado, muitos desses trabalhadores formais estão ficando desempregados em tempos de pandemia, conforme explicita o Ministério da Economia. No mês de maio de 2020, houve no país 703.921 admissões e 1.035.822 demissões, alcançando-se uma retração de 331.901 postos de trabalho no saldo de empregos com carteira assinada. Em comparação ao mês de maio de 2019, foram realizadas 1.347.304 de contratações e 1.315.164 de demissões, ao que se obteve um saldo positivo de 32.140 novas vagas de emprego (Brasil, 2020). Diante desses dados, observa-se a precariedade do trabalho na atual conjuntura e a intensificação do desemprego estrutural no Brasil, o que, de acordo com Antunes (2010), significa dizer que há mais mão de obra disponível do que empregos.

O país deparou-se com muitas mudanças e um novo e complexo cenário. É notório que a questão econômica exerce, também, impactos negativos sobre a vida dos trabalhadores (formais,

³ De acordo com o Laboratório de Psicologia Organizacional e do Trabalho – LabPOT (2020), o teletrabalho é uma modalidade inserida no contexto das novas formas de organização e relações do trabalho, que facilita a realização das atividades laborais fora do ambiente comum organizacional, por meio do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Ou seja, trata-se de uma atividade laboral realizada a distância (trabalho remoto), inclusive em casa (*home office*), utilizando computadores e dispositivos de comunicação móveis, como telefones, celulares e aplicativos.

autônomos e informais), os quais têm sido submetidos, de forma angustiante, aos desafios das novas formas de trabalho, ao risco de contaminação pelo novo coronavírus e ao desemprego. Para Augusto e Santos (2020), “sem trabalho, o mínimo existencial necessário à garantia da dignidade da pessoa humana fica ameaçado”.

Desse modo, se a situação é preocupante para aqueles que possuem emprego formal, ou seja, trabalham com carteira assinada, os trabalhadores autônomos e informais encontram-se em condições ainda mais difíceis. De acordo com a pesquisa realizada com os estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá, apenas 15,7% possui emprego formal, estando praticamente a totalidade dos estudantes (84,3%) inserida no mercado de trabalho informal brasileiro. Esses dados refletem o que destaca Santos (2020), ou seja, um grupo de trabalhadores globalmente dominante, ainda que sejam muito significativas as diferenças de país para país. Estes dependem de um salário diário, gozando de pouquíssimo ou nenhum benefício contratual. Desse modo, a indicação, por parte da OMS, para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o “pão diário” ou ficar em casa e passar fome. Ou, ainda, morrer pelo vírus ou morrer pela fome.

Nesse momento está sendo difícil, até tentei manter-me em isolamento junto a minha família, mas não deu certo, devido às dificuldades que começaram a surgir, então tomei a decisão de voltar ao trabalho, tomando algumas prevenções como: uso de máscara e luvas, ao voltar para casa não entrar, tomar banho na área externa, mas apesar de todas essas prevenções o medo é grande de ser contaminado e contaminar minha família (Estudante 105, 2020).

[...] o medo de levar o vírus para dentro de casa com meus filhos era diário. Continuei trabalhando (com todos os cuidados e recomendações). A Entidade que eu trabalho não podia parar as atividades por muitas pessoas (pescadores) precisarem de nós e do benefício que muito ajudou nesse momento difícil. Infelizmente fui infectada, no momento estou em casa e afastada do trabalho (Estudante 154, 2020).

As falas revelam a situação social que estão enfrentando os estudantes pesquisados, realidade essa que se materializa no atual cenário do país. Diante da vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros na pandemia da Covid-19, mesmo ante as medidas adotadas pelo governo e autoridades sanitárias, como a decretação de calamidade pública, com determinações para o distanciamento/isolamento social, demandando a paralisação de vários serviços, um outro grupo de trabalhadores não pôde ficar em casa, estes que são os chamados trabalhadores dos serviços essenciais.

Os serviços essenciais forçam os trabalhadores a se submeterem a jornadas mais intensas de trabalho, baixos salários e riscos de contágio, devido à ausência de equipamentos de segurança e ao aumento da situação de exploração. Na verdade, eles prefeririam estar em isolamento social, mas têm trabalhado acudados, com medo da contaminação, da exposição diária e do pior: a perda de seus empregos, que ainda acalentam os sonhos de melhores condições de vida. Embora tomem os devidos

cuidados com a proteção (uso de máscaras, luvas, álcool em gel), a exposição sofrida por esses trabalhadores formais e informais é de alto risco (Sato et al., 2020).

Trabalho como agente comunitário de saúde, um dos trabalhos essenciais, tenho medo porque não há segurança, mas continuo trabalhando e seguindo minha rotina quase de forma normal (Estudante 11, 2020).

[...] continuei trabalhando mesmo com a pandemia, tomando as preocupações possíveis, sempre com cuidado ao chegar em casa, mas com todos os cuidados, me sinto inseguro, mal informado sobre a pandemia e o cenário atual (Estudante 161, 2020).

Em tempos de pandemia do novo coronavírus, onde as medidas de distanciamento/isolamento social impedem a busca por empregos e dificultam as atividades laborais, principalmente dos trabalhadores informais, mas também dos formais e essenciais, quase 50% da força de trabalho brasileira está extremamente fragilizada pela ausência de renda mínima para subsistência (Sato et al., 2020). As medidas de proteção social para conter os impactos da pandemia, disponibilizadas pelo governo, não garantem condições dignas de sobrevivência durante o isolamento social.

Estou em casa o tempo todo, muito difícil ficar sozinha. Pois, não tenho uma casa confortável e tenho contas para pagar, esse auxílio não dá para muita coisa. Estou a falhar com minhas dívidas pessoais (Estudante 117, 2020).

[...] estar junto de quem amamos é sempre bom, porém em alguns pontos implica na rotina que tínhamos antes. Sendo que para quem não tem emprego fixo se torna bem difícil, se um salário é pouco imagine sobreviver com R\$ 600,00 (Estudante 178, 2020).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 21 milhões de brasileiros tiveram renda mensal domiciliar *per capita* de apenas R\$ 56,62 no mês de maio de 2020. Dentre estes, pouco mais de 5 milhões de trabalhadores brasileiros não receberam o auxílio emergencial. Esses dados referem-se apenas aos trabalhadores informais, pois, incluindo todos os grupos de trabalhadores, o IBGE afirma que, no mês de maio de 2020, cerca de 19 milhões estavam afastados do trabalho pelo distanciamento/isolamento social e, entre estes, 9,7 milhões ficaram sem remuneração. Ao todo, 10,1 milhões de pessoas estavam desempregadas em maio de 2020, em pleno auge da pandemia no Brasil (IBGE, 2020).

Fica constatado que a crise estabelecida devido à pandemia vem causando impactos econômicos e financeiros em todas as dimensões, até mesmo no aspecto socioeducacional. A pandemia veio aprofundar a crise global já existente (a do capitalismo), impactando ainda mais na forma de vida dos estudantes universitários pesquisados, pois o equivalente a 65,2% já estava desempregado antes da implementação das medidas de distanciamento/isolamento social, enquanto 16,3% passou a desenvolver a modalidade do teletrabalho, e 10,1% faz parte dos trabalhadores essenciais, os quais continuaram com as suas atividades laborais mesmo correndo o risco de contaminarem-se pelo novo

coronavírus. Além disso, 8,4% faz parte do grupo de brasileiros que foram demitidos durante a pandemia.

Em tempos de pandemia, não somente os estudantes analisados nesta pesquisa estão vivenciando mudanças nas suas formas de trabalho e renda, mas os trabalhadores do mundo todo. Antes mesmo da crise provocada pela Covid-19, presenciava-se, conforme demonstra Antunes (2010), a explosão do desemprego estrutural em escala global, a qual atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes.

Evidencia-se, ainda, o processo de precarização estrutural do trabalho, devido ao desmonte da legislação trabalhista, pois flexibilizar a legislação do trabalho significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração deste, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora. Diante disso, pode-se afirmar que a pandemia está aprofundando ainda mais a fragmentação e a fragilidade do mundo do trabalho, causando graves consequências para as condições de vida dos trabalhadores de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tratou de analisar as condições de trabalho e renda dos estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá. Para dar conta de atender o objetivo proposto, seguiu-se o seguinte questionamento: Como estão vivendo os estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no que tange ao trabalho e renda no contexto da pandemia do novo coronavírus?

A pandemia gerou profundas implicações em relação ao trabalho e à renda da população do mundo inteiro, o que não poderia ser diferente em relação aos estudantes entrevistados, considerando o perfil formado por jovens oriundo da “classe-que-vive-do-trabalho”, conforme denomina Antunes (2002a e 2002b). Em outras palavras, os jovens estudantes estão sofrendo drásticas consequências de desemprego, uma vez que as oportunidades de ingressar no mercado de trabalho ficaram ainda mais difíceis.

Trata-se de uma realidade que explicita as históricas contradições do capital, que estruturaram as relações econômicas e sociais na sociedade capitalista, assentada no trabalho como valor de troca e na concentração de renda e da terra, onde a educação constitui-se contraditoriamente como uma estratégia de gerar elemento para sustentar a sociabilidade à lógica excludente do capital.

Diante do exposto, fica explícito que a lógica do capital não proporciona melhorias de condição e nem amplia as estruturas de geração de renda e trabalho para os jovens estudantes da universidade, principalmente para aqueles que ainda não possuem experiência de trabalho. Uma das alternativas para mudar esse cenário é a construção de uma nova mentalidade dos estudantes junto à realidade

socioeconômica brasileira, compreendendo que essa não é uma situação natural, mas criada por uma concepção ideológica que se articula para manter e ampliar os privilégios dos detentores do capital.

REFERÊNCIAS

- Antunes R (2020). A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Serviço Social & Sociedade*, 104: 632-636.
- Antunes R (2020a). *Os Sentidos do Trabalho*. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial. (Coleção Mundo do Trabalho).
- Antunes R (2020b). *Adens ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 8a ed. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp.
- Augusto CB, Santos RD (2020). *Pandemias e Pandemônio no Brasil*. Ilustrações Rodolfo Carvalho. 1º ed. São Paulo: Tirant lo Blanch.
- Brasil (2020). *Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020*. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/republicacao-249098206> Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- Brasil (2020). *Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020*. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: <https://www.portalntc.org.br/images/jce/legislacao-covid-medidas-trabalhistas-MP.pdf> Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- Brasil (2020). *Ministério da Economia. Maio registra saldo negativo de -331.901 postos de trabalho*. Governo Federal. Novo CAGED. Brasília-DF. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/junho/maio-registra-saldo-negativo-de-331-901-postos-de-trabalho> Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- Caixa Econômica Federal (2020). *Quem tem direito ao Auxílio Emergencial*. Perguntas Frequentes - Auxílio Emergencial. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx#:~:text=Um%20dos%20requisitos%20para%20receber,ter%C3%A1%20direito%20ao%20benef%C3%ADcio%20emergencial%3F> Acesso em: 03 de jul. de 2020.
- Camargo JM (1989). Informalização e renda no Mercado de trabalho. In: Sedlacek LG, Barros RP. *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/inpes.

- Colmán E, Pola KD (2009). Trabalho em Marx e Serviço Social. *Revista do Serviço Social*, 12(1). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/index>>. Acesso em 1 de julho de 2020.
- Cunha PV (1979). A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. *Revista de Administração de Empresas*, 19(1): 29-46.
- Deluiz N (1995). *Formação do trabalhador: produtividade e cidadania*. Rio de Janeiro, Shape.
- Fernandes R (1996). Mercado de Trabalho Não-Regulamentado: Participação Relativa e Diferenciais de Salários. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 26: 417- 442.
- Figaro RA (2008). *Relações de comunicação no mundo do trabalho*. São Paulo: AnnaBlume.
- Gorz A (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.
- IBGE (2020). *Brasil gera três vezes mais vagas informais que formais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Robson Sales, GloboNews.
- IBGE (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID-19*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/27947-divulgacao-mensal-pnadcovid2.html?edicao=28035&t=destaques> Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- IBGE (2019). *Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência IBGE notícias: 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- IBRE-FGV (2020). *Pandemia já afeta trabalho de 53,5% das famílias, aponta FGV IBRE.2020*. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-ja-afeta-trabalho-535-familias-aponta-fgv-ibre>>. Acesso em: 1 de julho 2020.
- LABPOT (2020). *Teletrabalho e a pandemia da Covid-19*. USP-PR, Abril/2020. Laboratório de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Disponível em: https://www.ffclrp.usp.br/imagens_noticias/15_04_2020__18_23_45__108.pdf Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- Marinho KF, Ratto CG (2016). Modo borderline e mundo do trabalho: um ensaio sobre implicações e perspectivas atuais. *Saúde Soc.*, 25(1): 171-185.
- Marx K (1974). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).
- Marx K (1985a). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).
- OIT (2020). *COVID-19: Estimular a economia e o emprego: À medida que a crise do emprego se agrava, OIT adverte que a recuperação do mercado de trabalho é incerta e incompleta*. Organização Internacional do Trabalho.

- Maio de 2020 Disponível em:<https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_749513/lang-pt/index.htm>. Acesso em 30 de junho de 2020.
- Rubin II (1980). *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense.
- Santos BS (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Edições Almedina, S.A. Coimbra.
- Sato M (2020). *Os condenados da pandemia*. GPEA-UFMT & Ed. Sustentável. Cuiabá.
- Schimidt A (1976). *El concepto de naturaleza en Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- Silva WS (2014). Mercado de trabalho. Graduação em Geografia (Centro Universitário Fundação Santo André, 2014). Disponível em:<<https://www.infoescola.com/economia/mercado-de-trabalho/>>. Acesso em:30 de junho de 2020.
- Souza PR (1986). *O que são empregos e salários*. São Paulo: Brasiliense.
- Woleck A. (2001). *O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva*. Associação Educacional Leonardo da Vinci Curso de Especialização, Instituto Catarinense de Pós-Graduação. 2001. Disponível em: <www.icpg.com.br>. Acesso em: 29 de junho de 2020.

SOBRE OS AUTORES

BENILDA MIRANDA VELOSO SILVA

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG). Mestre em Comunicação, Linguagem e Cultura (2012). Especialista em Informática e Educação pela Universidade do Estado do Pará (2004) e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2003). Professora Substituta da Universidade Federal do Pará- UFPA - Faculdade de Educação/FAED 2013- 2015 e 2018-2020. Professora colaboradora no Plano Nacional de Formação de Professores PARFOR/UFPA- FAED-Cametá (2013-2020); Especialista em Educação da Rede Pública Estadual (SEDUC-PA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação, Trabalho e Tecnologia (GETTE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá. Desenvolve pesquisa nas seguintes áreas: Educação, Tecnologia Educacionais, Tics e Cultura Ribeirinha, Educação a distância, Coordenação Pedagógica, Didática e formação Docente;

BRUNO HENRIQUE SILVA DA SILVA

Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá. Voluntário no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Tecnologia e Educação (GETTE). Bolsista de extensão no programa Conexões de Saberes. E auxiliar na Assistência Estudantil da UFPA/CUNTINS Cametá (atual).

CHELIANE ESTUMANO GAIA

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Colaboradora no grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Tecnologia e Educação (GETTE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá. E bolsista de Extensão/Eixo Transversal no projeto intitulado: Cursinho Popular Paulo Freire: uma construção coletiva e solidaria para o acesso à universidade, sob coordenação do Prof. Dr. João Batista Do Carmo Silva (2019-2020).

DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES

Doutor em Educação (UFPA, 2012). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Pará (2005). Especialista em Língua Falada e Ensino do Português (2001) – PUCMG. Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (1992) e em Letras (habilitação em Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Pará (1999). Professor adjunto III da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (Atual). Ex-vice-coordenador do Campus Universitário do Tocantins/Cametá - UFPA (2006-2013). Ex-coordenador da área de Língua Portuguesa PARFOR da UFPA (2012-2015). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase na

articulação entre Variação, Letramento, Educação, Movimentos Sociais e Política Linguística. Pesquisador na área de Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, discutindo formação/qualificação dos trabalhadores, tanto em contextos informais como enquanto políticas públicas, bem como o trabalho como princípio educativo, saberes sociais e organização política dos trabalhadores no interior de atividades produtivas/culturais classistas na/da Amazônia. Pesquisa ainda: Juventude, formação e qualificação na escola básica; trabalho e formação de trabalhadores na educação básica; saberes sociais e escolarização de trabalhadores da escola básica. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPTE, Instituto de Ciências da Educação/UFPA, do Grupo de Pesquisa História, Educação e Linguagem Na Região Amazônica (GPHLRA), campus Universitário do Tocantins/Cametá. Coordenador do Projeto de Pesquisa Saberes do Trabalho da Pesca e Identidade de Juventude do Município de Cametá – Nordeste do Estado Pará, com financiamento pelo CNPQ – 2013-2016. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC - CAMPUS CAMETÁ/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/ICED/ UFPA). Organizador dos livros Filosofia da Práxis e Didática da Educação Profissional, A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais, dentre outros. Organizador da Revista Trabalho Necessário, v. 16, n. 31 (2018): Trabalho e educação em comunidades tradicionais.

 **EGÍDIO MARTINS**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (2017). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (2011). Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão e orientação escolar, pela Faculdade Internacional de Curitiba. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005). Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE). Coordenador do Projeto Trabalho e Educação: práxis educativa e saberes dos jovens estudantes a partir do programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) em uma escola pública de Cametá. Na área Trabalho e Educação atua com os seguintes temas: o trabalho como princípio educativo, formação humana, juventude e ensino médio, saberes sociais, práxis política, educativa e produtiva nos espaços formais e não-formais e Movimentos sociais.

 **ERALDO SOUZA DO CARMO**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA, Linha de Pesquisa Políticas Educacionais. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA/NAEA). Especialista em Planejamento do Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (UFPA/NAEA). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (CUNTINS/UFPA). Professor adjunto II da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), Vinculado a Faculdade de Educação. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), atua na linha de Pesquisa: Políticas e Sociedades. Associado da Rede Latino Americana de Estudios Epistemológicos en Políticas Educativas; a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do & no Campo da

Amazônia (GEPECAM). Realiza pesquisa na área de Educação do Campo, com ênfase em nucleação, financiamento e transporte escolar. Coordena o projeto de Pesquisa: Mapeamento do transporte escolar do campo: um estudo sobre as formas de contratação, definições de rotas e condições de segurança dos alunos das escolas ribeirinhas do Município de Limoeiro do Ajuru no Estado do Pará. Coordenador da Especialização Práticas Pedagógicas na Educação do Campo.

 **FRANCIELY FARIAS DA CUNHA**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA/Cametá), vinculada à linha de pesquisa sobre políticas e sociedades. Especialista em Gestão e Planejamento da Educação (FAED/UFPA/Cametá). Bacharel em Estatística (ICEN/UFPA/Belém) e graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FAED/UFPA/Cametá). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do & no Campo da Amazônia (GEPECAM), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Tecnologia e Educação (GETTE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá, atuando nas áreas de Estatística e Educação.

 **GILMAR PEREIRA DA SILVA**

Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002); Especialização em História da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (1993) e graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1992). Atualmente é Professor Associado IV e Vice-Reitor da Universidade Federal do Pará. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura-PPGEDUC (Mestrado) do Campus de Cametá e no EducaNorte (Doutorado em Educação na Amazônia). Tem experiência na área de Políticas Públicas Educacionais, com ênfase em Trabalho e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Trabalho, Educação, Educação Profissional, Educação do Campo, Movimentos Sociais e Educação; Educação Superior e Educação e Desenvolvimento Regional. É associado as seguintes entidades Acadêmico-científicas: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED); Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC); Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (ANPAE). Coordenou o Campus do Tocantins/Cametá-UFPA (2006-2014) Foi Secretário Municipal de Educação no Município de Cametá- Pará.

 **JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA**

Doutor em Educação na linha de Políticas Públicas Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA (2016). Mestre em Educação pela UFPA (2009). Especialista em Educação Ambiental pela UFPA (2004). Pedagogo pela UFPA (2003). Professor adjunto II da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), vinculado à Faculdade de Educação. Eleito para a Direção da Faculdade de Educação do Campus de Cametá – UFPA para o período de 2017-2019 e reeleito para o período de 2019-2021. Já atuou como Coordenador Pedagógico na SEMED – Cametá (2003-2004), Coordenador do Campus Universitário do Tocantins – Cametá - UFPA (2004-

2006) Coordenador de Integração Regional (COINTER) da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) - (2008-2010), Coordenador de Área da Pedagogia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência -PIBID (2012-2013) (2020-2021), Coordenador Local do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR – Campus de Cametá – UFPA (2016-2017), Professor-orientador do Programa Residência Pedagógica (2018-2020). Coordenador do Curso de Especialização Gestão e Planejamento. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE–UFPA), Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Coordena o projeto de Pesquisa: "DA ESCOLA PÚBLICA À UNIVERSIDADE PÚBLICA: acesso e permanência nos cursos de graduação do Campus de Cametá – UFPA". Coordena o projeto de Extensão "Programa de Formação de Conselheiros Escolares das Escolas Públicas de Ensino Médio da Região do Baixo Tocantins" e o Projeto de Extensão "Cursinho Popular Paulo Freire: uma construção coletiva e solidária para o acesso à universidade". Realiza pesquisa na área de Trabalho e Educação, Universidade, Gestão da Educação Básica e Superior e Educação Popular. Autor do livro "Universidade e Trabalho na Amazônia" e organizador dos livros "Ensino Médio Integrado na Amazônia: Entre o investido e o desinvestido", "PARFOR: Práxis Amazônicas na formação de professores da Educação Básica", entre outros.

MADSON JESUS FARIAS TRINDADE

Formação Profissional de Assistente Administrativo, certificado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Regional do Pará (2018). Prática em Ambiente Laboratorial ou Empresarial na Construtora e Incorporadora RESECOM (2018), como Jovem Aprendiz e Assistente Administrativo na área de Fundamentos de Administração de Recursos Humanos, Organização e Arquivamento, Planejamento e Organização do Trabalho. Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTTINS Cametá.

MARLANJE SOLENE FERREIRA

Formação profissional de Técnica em Enfermagem pelo Instituto César Melo/Cametá (2011). Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Bolsista de pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC (2018-2019). Bolsista de extensão pelo Programa Navega Saberes/Infocentro (2019-2020). Bolsista do Projeto de Extensão intitulado: Programa de Formação de Conselheiros Escolares das Escolas Públicas de Ensino Médio da região do Baixo Tocantins, vinculado ao Programa Navega Saberes/Infocentro, sob coordenação do Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva (atual). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Tecnologia e Educação (GETTE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTTINS Cametá.

 **RUTH LISBOA PANTOJA**

Graduada em Alimentos pela Universidade do Estado do Pará (UEPA, 2014). Pós-graduada em Gestão da Segurança de Alimento (2017) pelo SENAC. Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. E integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acadêmico, 15, 18, 21, 26, 27, 31, 34, 41, 42,
46, 47, 50, 89
atividade, 7, 10, 13, 19, 47, 48, 62, 71, 73, 81,
91, 98, 99

C

Cametá, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19,
20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31,
32, 34, 35, 36, 38, 39, 42, 44, 49, 50, 51, 52,
53, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 64, 66, 71, 74, 75,
77, 78, 79, 80, 82, 84, 88, 91, 94, 95, 96, 99,
100, 105, 106, 107, 108
contradição, 54
coronavírus, 6, 13, 15, 18, 52, 53, 54, 55, 57,
58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 74, 75, 76,
77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 100
crise, 8, 9, 10, 17, 18, 24, 53, 54, 55, 57, 61, 62,
63, 64, 65, 67, 74, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 90
culturais, 7, 8, 10, 15, 17, 20, 21, 26, 34, 48, 68,
89, 90, 96, 97, 98, 101, 103, 106
CUNTINS, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 52, 55, 56,
57, 59, 60, 64, 66, 82, 105, 106, 107, 108

D

desafio, 48, 49, 62, 65, 89, 93, 95
desafios, 6, 7, 8, 14, 15, 26, 29, 32, 37, 64, 74,
75, 77, 82, 85, 89, 100
desigualdade, 10, 26, 66, 72, 74, 79, 80, 89, 93

E

estudante, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 67,
92, 93, 94, 95, 98

F

função social, 15, 29, 35, 36, 37, 39, 40, 45, 48,
49, 50

I

impacto, 51, 58, 72, 80, 89
implicações, 7, 8, 10, 13, 14, 15, 18, 35, 51, 52,
56, 57, 59, 63, 65, 68, 74, 79, 84, 87, 88, 98,
102
internet, 14, 24, 30, 31, 40, 47, 63, 76, 89, 92,
93, 94, 95, 96, 97, 99, 103
isolamento social, 6, 7, 10, 13, 14, 15, 18, 19,
45, 52, 54, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 75,
76, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 98, 100, 102

P

pandemia, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 22, 35,
40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55,
56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68,
69, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84,
86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 98, 99, 100,
101, 102, 104
pedagogia, 6, 13, 14, 17, 20, 22, 35, 41, 42, 45,
51, 68, 71
pesquisa, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19,
21, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 39, 41, 42,
43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 56, 57, 60, 61,
62, 63, 64, 66, 67, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 84,
88, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 104, 105, 107, 108
políticas públicas, 13, 14, 15, 16, 18, 27, 28, 51,
52, 53, 54, 55, 56, 65, 67, 68, 69, 76, 80, 96,
104, 106
processo formativo, 15, 17, 18, 19, 27, 30, 31,
35, 36, 39, 45, 48, 60, 88, 89, 90, 91, 93, 97,
98, 99, 100, 101, 102, 103

R

recursos tecnológicos, 15, 89, 91, 93, 101, 103
renda, 10, 13, 14, 15, 18, 25, 46, 47, 54, 55, 61,
66, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84,
85, 86
rotina, 6, 7, 13, 15, 22, 35, 36, 43, 44, 45, 46,
47, 49, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 83, 91, 100

S

saúde, 10, 15, 17, 18, 19, 24, 46, 47, 51, 52, 53,
54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 68, 69, 70,
72, 75, 76, 78, 81, 83, 85
sociedade, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 17, 18, 21, 25, 36,
37, 38, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54,
57, 60, 64, 67, 68, 73, 85, 89, 97, 104
socioeconômico, 14, 17, 18, 31
socioeducacional, 8, 64, 84

T

tempo, 6, 8, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 27, 40, 42,
43, 44, 46, 47, 65, 73, 74, 80, 81, 83, 93, 94,
97, 100, 101

U

UFPA, 8, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23,
24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36,
37, 38, 40, 42, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 59,
60, 61, 62, 64, 66, 71, 75, 77, 78, 79, 80, 82,
99, 102, 105, 106, 107, 108
universidade, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 18, 19,
21, 22, 27, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39,
40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63,
64, 80, 85, 91, 95, 97, 98, 102, 105



ID **JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA**

Doutor em Educação na linha de Políticas Públicas Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA (2016). Mestre em Educação pela UFPA (2009). Especialista em Educação Ambiental pela UFPA (2004). Pedagogo pela UFPA (2003). Professor adjunto II da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), vinculado à Faculdade de Educação. Eleito para a Direção da Faculdade de Educação

do Campus de Cametá – UFPA para o período de 2017-2019 e reeleito para o período de 2019-2021. Já atuou como Coordenador Pedagógico na SEMED – Cametá (2003-2004), Coordenador do Campus Universitário do Tocantins – Cametá - UFPA (2004-2006) Coordenador de Integração Regional (COINTER) da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) - (2008-2010), Coordenador de Área da Pedagogia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência -PIBID (2012-2013) (2020-2021), Coordenador Local do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR – Campus de Cametá – UFPA (2016-2017), Professor-orientador do Programa Residência Pedagógica (2018-2020). Coordenador do Curso de Especialização Gestão e Planejamento. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTÉ-UFPA), Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Coordena o projeto de Pesquisa: "DA ESCOLA PÚBLICA À UNIVERSIDADE PÚBLICA: acesso e permanência nos cursos de graduação do Campus de Cametá – UFPA". Coordena o projeto de Extensão "Programa de Formação de Conselheiros Escolares das Escolas Públicas de Ensino Médio da Região do Baixo Tocantins" e o Projeto de Extensão "Cursinho Popular Paulo Freire: uma construção coletiva e solidária para o acesso à universidade". Realiza pesquisa na área de Trabalho e Educação, Universidade, Gestão da Educação Básica e Superior e Educação Popular. Autor do livro "Universidade e Trabalho na Amazônia" e organizador dos livros "Ensino Médio Integrado na Amazônia: Entre o investido e o desinvestido", "PARFOR: Práxis Amazônicas na formação de professores da Educação Básica", entre outros. Contato: jbatista@ufpa.br.

ISBN 978-658831907-9



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br